

ISSN 0104-1886

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

CADERNOS DO I. L.
Nº 13
JULHO DE 1995

Reitor da UFRGS:
Prof. Hérgio Trindade

Diretora do Instituto de Letras:
Profa. Maria da Graça Krieger

Vice-Diretora do Instituto de Letras:
Profa. Rita Terezinha Schmidt

Comissão Editorial

Profa. Gilda Neves da Silva Bittencourt (Coordenadora)
Profa. Maria Alice Kauer
Prof. Pedro Cáncio da Silva

Editoração

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues - BT-PRUNI

Forma de aquisição: compra ou permuta.

Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras
Av. Bento Gonçalves, 9500 CEP 91540-000 Porto Alegre-RS

Cadernos do IL/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras. nº 1 (dez. 1989) - Porto Alegre: IL, 1989.

1989, 1
1990, 2, 3
1991, 4, 5
1992, 6, 7, 8
1993, 9, 10
1994, 11, 12
1995, 13
ISSN 0104-1886

CDD 413.028

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
O SONHADOR À SOMBRA DA SEMENTE Maria Carpi	7
TEXTOS PREMIADOS NO “CONCURSO DE POEMAS MÁRIO QUINTANA” 1994	23
MIGUEL TORGÀ (1907-1995), A VOZ DA TERRA E DA “ARRAIA-MEÚDA” - Marino Klausberger	25
O LOCAL E O UNIVERSAL EM CALUNGA DE JORGE DE LIMA - Lúcia Sá Rebello	29
NA HISTÓRIA COM SARAMAGO (LÉVY, UBALDO, CAMÕES, PESSOA) - Jane Tutikian	39
IBIAMORÉ, O TREM FANTASMA - Léa Masina	49
RAYMOND CARVER: UM MESTRE DA NARRATIVA CURTA - Jane Brodbeck	55
MOTHERS AND DAUGHTERS IN CONTEMPORARY AMERICAN DRAMA - Cibele M. M. T. Bandeira	65
A NEGAÇÃO COMO UMA EVIDÊNCIA DA POLIFONIA - Sabrina Pereira de Abreu	79
PROCESSOS DE NOMEAÇÃO E INTERPELAÇÃO POLÍTICA <i>O NÓS DA MODERNIZAÇÃO ALFONSINISTA</i> - Mônica Graciela Zoppi-Fontana	95
LINGUAGEM, INTERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO Maria de Lourdes Cauduro	105

PROCESSOS DE NOMEAÇÃO E INTERPELAÇÃO POLÍTICA
O NÓS DA MODERNIZAÇÃO ALFONSINISTA

Mônica Graciela Zoppi-Fontana*

A questão da enunciação nasce à reflexão lingüística como o lugar teórico para a problematização da dicotomia língua-fala. O questionamento surgiu a partir do funcionamento de certas formas do sistema lingüístico que obrigavam a considerar o contexto situacional para fixar sua referência: foram os chamados *shifters* ou *embrayeurs* por Jakobson (1963), ou *marcas da subjetividade* por Benveniste (1966). É a partir deste último que a discussão foi recolocada em termos da relação língua-discurso (Benveniste, op.cit.), entendendo "discurso" como uma ordem de fenômenos irredutivelmente diferente à ordem da "língua". A categoria gramatical da pessoa fez parte desse conjunto de formas teoricamente inspiradoras e seu poder desestabilizante em relação às teorias propostas continua agindo até hoje. Assim, essa mesma categoria de pessoa que cindiu a alegada homogeneidade do sistema da língua, recuperando para a reflexão lingüística as categorias de sujeito e de situação enunciativa, é responsável por uma nova problematização das teorias enunciativas assim desenvolvidas. Os numerosos trabalhos sobre um tipo específico de discurso, o discurso político, apontaram a falta de elaboração teórica dos conceitos de "sujeito" e de "situação enunciativa", definidos freqüentemente de maneira empírica. Estamos referindo-nos aos trabalhos sobre o funcionamento do nós no discurso político. Guespin (1985) descreve esta limitação como consequência de uma teoria psicologizante da personalidade que obrigaria a considerar o sujeito na sua relação de complementaridade dialógica eu-tu. Esta abordagem deixaria pouco espaço (se algum) para o estudo da representação do sujeito na sua dimensão social. É a análise do funcionamento discursivo das formas do nós que permite observar a construção de um imaginário de interpelação política, dentro do qual se define discursivamente o lugar enunciativo dos cidadãos e

* Pesquisadora do NUDECRI/UNICAMP

de seus porta-vozes instituídos. Como destaca Geoffrey (1985), o nós coloca o problema teórico da "*constituição do sujeito falante em sujeito político*", introduzindo nos estudos sobre a enunciação a questão da ideologia. Assim, a instabilidade referencial característica das formas pronominais (e descrita desde os primeiros trabalhos sobre a enunciação) é interpretada como ambigüidade (Indursky, 1992) discursivamente produzida a partir de determinações ideológicas, o que leva a considerar na análise as condições de produção do discurso em lugar da "situação enunciativa", categoria esta operacionalmente insuficiente e teoricamente inadequada para a compreensão dos fatos de linguagem agora em discussão. Colocar a questão da indeterminação referencial do nós em termos de ambigüidade implica, por um lado, deslocar o foco da reflexão da questão do referente para a questão do sentido, priorizando portanto o estudo dos processos discursivos em relação às operações de denotação; por outro lado, e como consequência do anterior, leva a observar as operações semânticas pelas quais se produz uma ilusão de estabilidade referencial que funciona discursivamente como referente, o que supõe colocar a questão da referência no discurso em termos de operações de designação, retomando aqui a proposta de Guimarães (1992). Resultado dessas análises sobre textos de discurso político é uma vasta bibliografia sobre o funcionamento discursivo da forma nós (cf. Mots, 10; Indursky, 1992) que explora as diversas configurações enunciativas que representam as relações de identificação/diferenciação estabelecidas entre o locutor e o alocutário e os efeitos de sentido a partir delas produzidos. Predominam os trabalhos destinados a determinar os diversos referentes designados pelo nós, isto é, a reconhecer que "pessoas" aparecem associadas ao eu para constituir o sujeito político e por quê. Ante a grande variedade de efeitos de sentido observados, chama a atenção que todos eles resultem de operações de inclusão e/ou exclusão do interlocutor ou do terceiro discursivo, nas quais a presença do locutor, do eu do discurso, funciona como pressuposto inquestionável. Esta situação impõe a seguinte questão: a ausência de menção nas análises a um funcionamento discursivo da forma nós que produza como efeito de sentido uma exclusão, ou dito de uma outra maneira, uma ilusão de exterioridade (Zoppi-Fontana, 1994) do locutor em relação ao coletivo ou classe designada pelo nós, é motivada pela inexistência deste tipo de funcionamento nos textos analisados ou por

pressupostos teóricos implícitos que impedem a observação deste funcionamento, delimitando um campo de visibilidade (Foucault, 1970), cujo princípio de configuração apaga necessariamente este fato de linguagem? A análise que segue sobre certos funcionamentos enunciativos do discurso alfonsinista está encaminhada a responder a esta questão. Importa apontar antes de proceder a análise que, quando falamos na forma nós, estamos aludindo a todas as manifestações morfológicas da categoria de pessoa no sistema da língua, isto é: pronome pessoal, possesivo, adjetivos possesivos e desinências verbais. Em relação aos textos analisados, cabe informar que eles consistem no conjunto de discursos presidenciais proferidos pelo Dr. Raúl Alfonsín durante seu mandato (Argentina, 1983-1989).

O nosso trabalho sobre o discurso alfonsinista (doravante DAL) permitiu observar que os processos de produção de sentido que o constroem estão determinados por no mínimo duas formações discursivas (cf. Courtine, 1982; doravante FD). O sujeito do DAL é também determinado conflitivamente por essas duas formações, o que resulta numa contradição -nunca resolvida- dos processos de identificação pelos quais o sujeito do discurso se constitui. Podemos observar traços desta contradição constitutiva do sujeito do DAL no funcionamento enunciativo das diversas formas de representação do sujeito. Para efeitos da análise, distinguimos as FD envolvidas nestes processos mediante as denominações de ILUMINISTA/ELITISTA para uma delas e de PACTISTA/IGUALITÁRIA para a outra. A distinção entre ambas se realiza em relação à definição dos sujeitos sociais enquanto cidadãos e em relação às operações discursivas de legitimação da prática do poder.

A FD ILUMINISTA/ELITISTA pode ser descrita como aquela que identifica a prática do poder com uma tarefa principalmente didática destinada a mudar os comportamentos sociais e que define o "cidadão" como um objeto discursivo constituído a partir de um discurso científico/jurídico, de cujas categorias e práticas o sujeito do DAL se apropria. Assim, no DAL encontramos numerosos enunciados definitórios nos quais se descrevem as características de um "*sujeito democrático*" ideal, nova identidade política proposta pelo DAL como única garantia de um destino de grandeza em democracia para a nação. O "cidadão" aparece desta maneira reduzido à categoria de conceito, definido por um discurso

competente (Chauí, 1981) com o qual o sujeito do DAL se identifica. Assim, o "cidadão" se constitui a partir de uma operação semântica de abstração/universalização, que produz como resíduo um lugar de enunciação anterior e exterior à dita operação: o sujeito do saber. Correlato dessa operação pela qual se cria uma ilusão de exterioridade que destaca da classe universal dos cidadãos um constitutivamente diferente (aquele que se identificando com o lugar de produção do conhecimento e do direito enuncia a classe) é o tom didático que o DAL incorpora (Maingueneau, 1987). Podemos observar esta configuração enunciativa na seguinte seqüência discursiva:

¿Qué es un sujeto democrático? Simplemente, aquel que ha interiorizado, hecho suyos, los valores éticos y políticos antes expuestos -legitimidad del disenso, pluralismo como principio y como método, aceptación de las reglas básicas de la convivencia social, respeto de las diferencias, voluntad de participación-. En un país con arraigadas tradiciones autoritarias, la emergencia de sujetos democráticos no va de suyo; es una tarea, una empresa. Desde el punto de vista de los individuos es, a su vez, un aprendizaje producto de experiencias, de ensayos y errores, de frustraciones y gratificaciones... El Estado democrático debe contribuir decisivamente a consolidar y acelerar este aprendizaje. El discurso político debe, en tal sentido, ayudar a que las ruinas democráticas se conviertan en hábitos queridos y compartidos por la ciudadanía. (1-12-85, Plenario de delegados ao "Comité Nacional de la UCR")

Na citação anterior queremos chamar a atenção sobre certos funcionamentos: 1- a presença de enunciados definitórios construídos com o verbo ser, que identifica a relação estabelecida entre *definens* e *definiendum* como uma relação de equivalência referencial entre objetos "no mundo", o que produz como efeito de sentido o deslizamento de uma "definição de palavras" para uma "definição de coisas", segundo a classificação da lógica tradicional (cf. a descrição do funcionamento dos enunciados definitórios ordinários feita por Riegel, 1988); 2- a modalidade deônica dos enunciados que descrevem a função do poder

político, presente através do verbo "deber"; 3- a introdução do tema a ser desenvolvido no parágrafo mediante uma pergunta retórica que funciona como simulacro (cf. Orlandi, L., 1990) de uma relação dialógica não estabelecida; 4- relacionado com o anterior, a fixação da enunciação nas formas da 3^a pessoa impessoal, que funcionam como formas de representação de um locutor universal, que se identifica discursivamente como sujeito do saber e da verdade. Todos estes funcionamentos enunciativos investem o DAL de um tom didático, cujo principal efeito de sentido é produzir uma ilusão de exterioridade do sujeito em relação ao seu discurso, que se representa como a "verdade enunciando-se a si mesma" sem mediações. Por "tom didático" não nos referimos a um determinado tipo de entoação ou a qualquer outro traço suprasegmental, senão que o entendemos, segundo a Maingueneau (op.cit.), como um componente do ethos discursivo, isto é, das formas de auto representação pelas quais uma FD desenha sua corporeidade.

A FD PACTISTA/IGUALITÁRIA se caracteriza por definir o "cidadão" a partir de sua participação numa prática política concreta que aparece representada no DAL como uma imaginária relação de interlocução entre o governo (especificamente o presidente = "líder") e o "povo". É a partir das relações que se estabelecem entre estas imagens discursivas do locutor e do alocutário, que o "cidadão" se constitui como sujeito de discurso, isto é, como representação de um dos lugares de enunciação do DAL. Essa ilusória relação de diálogo funciona discursivamente como origem mítica da figura do porta-voz. O "povo", representação arquetípica da voz e o poder político originários, aparece assim configurado como fundador de um processo de delegação da voz, pelo qual o "líder" é constituído como mediador, como "aquele a quem se dá a voz" (graças a um processo de identificação que o reconhece como integrante de um nós originário), mas também "aquele de quem se cobra a voz" (por efeito da representação do "diálogo", suporte simbólico dos processos de legitimação). Assim, fica delineada uma configuração enunciativa para a qual é crucial a construção de um nós inclusivo definido dialogicamente como forma de representação do sujeito do discurso. Na seguinte seqüência discursiva observamos estes funcionamentos:

No tengo la menor duda de que la Argentina va a salir de esa encrucijada... Y no tengo ninguna duda, no porque haya un gobierno de intelectuales exquisitos, sino porque sé perfectamente que hay un pueblo dispuesto a superar esta crisis. Y lo vamos a hacer y vamos a estar en diálogo permanente, diciendo nuestro mensaje y recogiendo el mensaje de todos ustedes. (24-4-84)

No início da nossa análise apontamos que, pelo fato de estar determinado por duas FD opostas, o sujeito do DAL é afetado por uma contradição constitutiva que se manifesta na suas formas de representação. Nas seqüências discursivas citadas, apresentamos formas de representação "protótipicas" desta contradição. Entretanto, os funcionamentos enunciativos não se distinguem tão nitidamente uns dos outros em relação às FD que os determinam respectivamente. De fato, eles aparecem a maior parte das vezes confundidos num mesmo enunciado, e o que é ainda mais importante, as formas de representação do sujeito não se "especializam" na realização de um único funcionamento, senão que muitas vezes uma mesma forma serve de suporte material para a produção de efeitos de sentido contraditórios, dependendo da sua inclusão num ou outra das FD que determinam o DAL. Tal é o caso da forma nós, que se apresenta afetada internamente por uma tensão referencial produzida pela sua inclusão em configurações enunciativas sustentadas por um imaginário de interlocução dialógica (efeito da FD PACTISTA/IGUALITÁRIA) ou por um ethos discursivo definido pelo seu tom didático (efeito da FD ILUMINISTA/ELITISTA). Assim, chegamos finalmente ao exame dos fatos de linguagem que motivaram este trabalho: o funcionamento enunciativo da forma do nós político que produz como efeito de sentido uma ilusão de exterioridade do locutor em relação a classe designada pelo nós; dito de uma outra maneira, o funcionamento enunciativo de uma forma do nós político que se caracteriza por ser maximamente inclusivo em relação ao interlocutor e exclusivo em relação ao locutor. Este é o funcionamento das formas do nós do DAL que são afetadas pela FD ILUMINISTA/ELITISTA, e que aparecem então investidas dos efeitos de sentido produzidos pelo tom didático que define enunciativamente a esta

formaçāo. Na seqüência discursiva que segue podemos observar este funcionamento:

Todos debemos comprender que la paz que buscamos, la reconciliación que queremos, es el único camino que les queda a los argentinos para hacer el país que nos merecemos. (17-5-84)

Podemos observar como o DAL identifica o campo referencial do nós com a classe mais ampla que pode ser definida em relação a nação Argentina: "todos los argentinos"; este aparenta ser o sujeito agente apontado pelas desinências verbais. Locutor e alocutário se apresentam como coincidentes numa única forma indivisa e uniforme: o nós maximamente inclusivo a que fizemos referência anteriormente. Porém, esse nível referencial (Indusky, 1992) para a forma nós de fato só se encontra representado pela última desinência verbal da frase "merecemos". As outras formas representam diferentes recortes do campo referencial do nós que afetam tanto ao locutor quanto ao alocutário. Por uma parte, a força ilocucionária impositiva da proposição principal da frase, i.e. "todos debemos comprender", funciona como indício da existência, nesse nós inclusivo, de um grupo de destinatários que não se identificam com as predicações realizadas pelos verbos "buscamos" e "queremos" e aos quais se destina o ato ilocucionário de apelação. Observamos então, como sob a aparência de um nós maximamente inclusivo se confundem grupos de destinatários distintos: aqueles que se identificam com a busca da paz e a reconciliação e aqueles que se recusam a fazê-lo. Por outra parte, certos funcionamentos que o pronome indefinido "todos" e a desinência verbal de "debemos" apresentam em comum com as formas analisadas anteriormente como manifestações do tom didático próprio da FD ILUMINISTA/ELITISTA, obrigam a considerar esta forma do nós como um caso de exclusão do locutor. Esses traços comuns são: 1- a modalidade deônica imposta pelo verbo "deber"; 2- a construção da frase sob a forma dos enunciados definitórios com verbo cópula ser; 3- e sobretudo, a aparição da 3^a pessoa plural "les" em lugar da 1^a pessoa "nos" no pronome objetivo duplicado que precede ao objeto indireto "los argentinos". Esta 3^a pessoa pronominal funciona como marca do efeito de ilusão de

exterioridade que exclui o locutor do nós inclusivo construído pelo enunciado e que diferencia "todos debemos" das outras ocorrências do nós.

Voltando a questão inicialmente colocada sobre a ausência de análises deste funcionamento do nós nos trabalhos sobre discurso político, a resposta que se nos apresenta como a mais adequada é a que atribui a responsabilidade por esta situação a certos pressupostos teóricos implícitos que estariam dificultando a observação destes fatos de linguagem. Na nossa opinião, esses pressupostos se referem à descrição morfológica da categoria de pessoa, que define o nós como 1ª pessoa plural, isto é, como uma adição (nos termos de Guespin, op.cit.) de sujeitos enunciadores, incluindo necessariamente o eu. A exclusão do eu fica assim descartada por definição. Um deslocamento involuntário e implícito de categorias da ordem morfológica para a ordem discursiva nas descrições e análises impede aos autores considerar, além das operações de adição, as de exclusão, que operam nos processos de constituição do sujeito político, representado materialmente pelas formas do nós. Se nos colocamos numa perspectiva discursiva que considera a língua como base material dos processos discursivos, o campo de visibilidade para a análise não se fecha sobre as limitações impostas pela descrição do sistema morfológico da língua, permitindo então, não só a observação deste funcionamento específico da forma nós, mas também a sua descrição.

Se ausente nos trabalhos de tipo discursivo, nos textos de retórica clássica este funcionamento especial do nós aparece freqüentemente mencionado como enálage e definido como uma "mudança ou variação (com fins estilísticos) das leis da gramática". Kerbrat-Orecchioni (1986) retoma esta denominação no seu tratado sobre a enunciação e as marcas da subjetividade na linguagem. No seu trabalho, se faz explícita a presença dos pressupostos teóricos a que aludímos antes: segundo ela, as formas pronominais, como toda forma deíctica, embora tenham uma certa instabilidade referencial, obedecem a "regras de uso" estáveis e bem definidas. No caso do nós, essas regras de uso obrigam a referi-lo a um conjunto de pessoas constituído pelo eu locutor e outras pessoas que tanto podem representar ao alocutário quanto ao terceiro do discurso. As enálages comportam um desvio dessas regras, por isso elas são descritas como casos de denotação e significação "aberrantes". Como consequência da identificação do sujeito do discurso com o produtor empírico da frase e

sustentada em supostos comunicacionais, a autora explica o funcionamento das enálages como um "movimento de identificação ou empatia" do locutor em relação ao interlocutor. Esta abordagem tem em nossa opinião, duas consequências indesejáveis: por um lado, recupera para as análises enunciativas o conceito de "norma" como categoria operacional; por outro lado, reduz os diversos efeitos de sentido possíveis produzidos pelo funcionamento enunciativo do nós exclusivo do locutor, a um só, o já apontado movimento de aproximação do locutor ao interlocutor. Ora, nossa análise demonstrou que não sempre é esse o caso; pelo contrário, a consideração dos processos discursivos, a partir dos quais se produzem os efeitos de sentido manifestados por este funcionamento do nós, apontam para um movimento de diferenciação ou distanciamento, que isola o eu enunciador numa posição imaginária exterior à classe definida pelo nós. Porém, este efeito de sentido não pode ser observado se não considerarmos os processos discursivos que afetam as formas lingüísticas analisadas. Concluímos então que tanto a referência quanto o sentido do nós no discurso político (e arriscamos, também em outros tipos de discursos) só podem ser determinados levando em conta as FD que afetam o funcionamento dessas formas, o que supõe uma análise que comporte as condições de produção do discurso, isto é, sua natureza sócio-histórica.

BIBLIOGRAFIA

- BENVENISTE, Émile. (1966) *Problemas de Lingüística Geral*. Trad. M.G.Novak & M.L. Neri. Campinas: Pontes, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. (1981) *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Editora Moderna.
- FOUCAULT, Michel. (1969) *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987.
- GEFFROY, Anne. (1985) "Les nous de Robespierre ou le territoire impossible". Em *MOTS* 10: 63-90.
- GUIMARÃES, Eduardo. (1992) "Os sentidos de cidadão no Império e na República no Brasil". *Signo & Senha* 1: 103-116.
- INDURSKY, Freda. (1992) *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes. Uma Análise do Discurso Presidencial da Terceira República Brasileira*.

- Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. (1980) *La enunciación. De la subjetividad en el lenguaje*. Trad. G. Anfora & E. Gregores. Buenos Aires: Hachette, 1986.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1987) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes - Editora da UNICAMP, 1989.
- MOTS, 10; 1985
- ORLANDI, Luis (1989) "Simulacro na Filosofia de Deleuze". Em 34 *Letras 5-6*, Rio de Janeiro, set. 1989.
- RIEGEL, Martin. (1990) "La définition, acte du langage ordinaire -De la forme aux interpretations". Em F. Chaurand & F. Maziére *La définition*. Paris: Larousse.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. (1994) *Modernização e Discursos Democráticos. Porta-vozes Esclarecidos no Tempos da Transição*. Tese de Doutorado. Campinas, IEL/UNICAMP.

LINGUAGEM, INTERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Maria de Lourdes F. Cauduro*

O desenvolvimento da linguagem, como todo desenvolvimento humano, continua além do ponto em que o indivíduo assume a aparência de um adulto. Os anos de adolescência marcam um fluxo de desenvolvimento crucial na habilidade do indivíduo de aprender a primeira língua. (Gleason, 1985:5) A maioria das obras sobre desenvolvimento da linguagem são relativos à aquisição da linguagem pelas crianças, e tendem a assumir que o desenvolvimento está completo quando as estruturas sintáticas forem adquiridas. Sabemos que o desenvolvimento lingüístico, como o psicológico é um processo que se estende por toda a vida do indivíduo. (Gleason, 1985) Se o desenvolvimento, como observa Gleason (in prefácio op.cit), é sempre o resultado de uma interação entre as capacidades inatas do organismos e os eventos ambientais, é na interação entre ambas que este acontece.

Sendo a linguagem transmitida e adquirida através da socialização específica na cultura, e na interação com os outros membros da espécie, família, escola e grupos de amigos constituem, segundo Romaine (1984: 159), os ambientes mais característicos nos quais os diferentes tipos de discurso e estratégias para interação podem ser desenvolvidas, mantidas e reproduzidas.

O primeiro grupo social do qual a criança participa - a família, adquire fundamental importância no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem. Os primeiros parceiros conversacionais, em alguns grupos sociais, são os pais, a mãe, em particular, pois crianças não adquirem linguagem por si mesmas, mas falando com os outros. É na interação com o membro mais experiente da espécie que as crianças constroem (ou reconstroem) a sua própria linguagem. Em algumas culturas os primeiros cuidados da criança são entregues a irmãos mais velhos, que assumem também a responsabilidade da sua socialização lingüística. Na cultura japonesa, por ex., os pais por não acreditarem que a criança entenda a linguagem que falam, não a encorajam a falar - imitam

* Mestranda em Estudos da Linguagem - UFRGS